



Anais da Assembléia

Nº 46

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA da 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 44.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Palácios.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanuso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDAS:

EMENDA N.º 4

Ao Projeto de Lei N.º 152/79

Inclua-se onde couber:

Art... Fica revogado, no Art. 24, da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, as expressões: "ficarão sujeitas a uma jornada semanal de quarenta (40) horas de trabalho, em dois turnos diários".

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) JOSÉ TAVARES.

EMENDA N.º 5

Ao Projeto de Lei N.º 152/79

Inclua-se onde couber:

Art... Fica revogado o art. 43, da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) JOSÉ TAVARES.

EMENDA N.º 6

Ao Projeto de Lei N.º 152/79

Inclua-se onde couber:

Art... Fica revogado o artigo 42, de Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) JOSÉ TAVARES.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 40/80, Mensagem Governamental n.º 35/80, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel que especifica, ao Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) FABIANO BRAGA CÔRTE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação da Redação final para o Projeto de Lei n.º 152/79. (Mensagem Governamental n.º 128/79), alterando lei 7074 da Procuradoria Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao Programa Manhã Total, apresentado por Luiz Carlos Martins, na Rádio Clube Paranaense, pela passagem do seu 2.^o aniversário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

O referido programa tem colocado os microfones da Rádio Clube Paranaense à disposição de toda a população do Paraná, ajudando a resolver os problemas do povo e encaminhando suas reivindicações para que as autoridades solucionem.

É apresentado com raro brilhantismo e capacidade por Luiz Carlos Martins.

A classe política também tem oportunidade de manifestar-se através desse programa.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações à Direção do Jornal "O PARANÁ", editado na Cidade de Cascavel, que completa nesta data, quatro anos de circulação.

O Jornal "O PARANÁ" é um dos mais importantes veículos de imprensa do oeste do Estado, de circulação diária, baluarte da boa divulgação noticiosa escrita.

Solicita, outrossim, que seja dado ciência desse requerimento à Direção do matutino.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado telex aos Ministros do Planejamento, da Indústria e Comércio e Agricultura, bem como aos Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, solicitando a urgente revogação da medida normativa que instituiu o confisco sobre o café, por ser esta a maior aspiração da cafeicultura paranaense.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O café plantou cidades. Agora está plantando favelas. As causas são as mais variadas. As geadas, secas, pragas, indistintamente, são causas que contribuíram em muito para isso.

Todavia, o que não é de se admitir, é o fato do próprio Governo, responsável por uma política estimulativa e favorável, instituir medidas desalentadoras à cafeicultura brasileira.

O Estado do Paraná, que foi durante muitos anos um dos grandes produtores de café, e conseqüentemente de divisas para este País, hoje, vive o drástico drama do êxodo rural.

Grandes propriedades rurais foram desfeitas em face da falta de estímulo da cafeicultura.

As conseqüências de tudo isso são os grandes cinturões da fome que rondam as grandes cidades.

O norte do Paraná vem pagando um alto preço por ter sido a grande região produtora de café.

O Governo, diante de uma mobilização popular, levada a efeito pelos produtores de soja, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul, foi convencido a revogar a resolução que instituiu o Imposto de Exportação sobre o soja, mais conhecido como "confisco cambial" e, se o fez, foi porque efetivamente, viu nesse confisco, uma fonte de insatisfações que se espalhou por todos os recantos do centro Sul do País.

E, agora, estamos a assistir, novamente, os produtores de café, que diga-se de passagem, são os grandes responsáveis por grandes realizações neste País, de uma vez que o café foi e tem tudo para continuar a ser, o grande produto gerador do progresso e do desenvolvimento desta Nação, se unirem através de suas entidades representativas a bradar contra essa medida nefasta e desestimulante, que é o confisco sobre o café.

Recentemente, a Comissão Nacional de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Núcleo de Agrônomos das Cidades de Cianorte e Umuarama, realizaram o 13.º Congresso Nacional de Cafeicultura, do qual participaram produtores, líderes e técnicos sobre o assunto, os quais, ao final deliberaram elaborar uma "Carta dos Cafeicultores" a ser enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, reivindicando com urgência a revogação de medida que instituiu o confisco cambial sobre o café e seus derivados, uma vez que, já não suportam mais as dificuldades por que passa a cafeicultura brasileira diante do baixo preço fixado para o produto e dos elevados custos dos insumos básicos para o plantio.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário da Educação, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a implantação do sistema pré-escolar no Paraná, abrigando crianças de 02 a 06 anos de idade.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que os seis primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento e para a estrutura da personalidade de uma criança, estamos sugerindo a criação de um sistema pré-escolar, que possa abrigar crianças nesta faixa de idade.

Atualmente, no Brasil, são 22.000.000 de crianças nesta fase, representando o adulto do ano 2.000.

Além de adaptar a criança dentro de uma disciplina educacional, vai liberar a mãe destas crianças para o exercício de uma função (ou profissão).

Os números da evasão escolar, principalmente no primeiro grau, são altíssimos.

São crianças despreparadas, em todos os sentidos, que não conseguem manter uma linha de raciocínio capaz de mantê-las na escola.

Na grande maioria dos casos, ação provocada pela falta de uma pré-escola.

Trata-se de uma problemática psicológica, de aprendizagem, que mostra que nós temos que atender a criança, o mais cedo possível.

Nesta faixa de idade a criança necessita de uma alimentação adequada (merenda escolar pode ser incluída), pois os neurônios que compõem o cérebro humano, se não receberem nos seus primeiros anos de vida um índice desejável de proteínas, vai sofrer lesões irreversíveis para o resto da vida.

A criança perde o estímulo psicológico e sem esta estimulação, nenhuma inteligência se desenvolve.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Secretário da Justiça, com cópia ao Governador do Paraná, depois de ouvido o douto Plenário, solicitando a implantação de um sistema que possibilite a liberação ou remoção imediata de jovens que venham a completar a maioridade, visando sua saída das Escolas Correcionais para menores de idade.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Quando de nossa visita à Escola Correcional Queiroz Filho, encontramos diversos jovens com idade superior aos 18 anos, ainda mantidos em regime normal, ao lado de dezenas de outros menores de idade.

Lá estavam José Carlos Moraes (nascido em 12-12-60), Odair Lima (nascido em 25-10-60), João Robson (19 anos), Antônio Donizetti (20 anos) e outros mais.

A direção da Escola e também do Instituto de Assistência ao Menor informou que a liberação ou transferência desses jovens depende de autorização dos Juizes das Comarcas do Interior do Estado.

Um total de setenta por cento dos garotos internados na Queiroz Filho são oriundos do interior.

Estamos sugerindo uma verificação neste setor, pensando na liberação desses jovens, evitando que elementos com maioridade continuem, em regime de internamento, ao lado de menores de idade.

Não é admissível que um Juiz aguarde um ano ou mais para enviar a documentação de liberação ou remoção.

Talvez esteja havendo um desentrosamento entre alguns setores, dificultando o encaminhamento normal dos documentos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário da Segurança Pública, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a criação de cursos especiais para agentes e comissários da Delegacia de Proteção ao Menor, visando seu preparo para o tratamento com o menor de idade.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

O agente policial ou comissário de menores que trabalha na missão da recuperação do menor de idade, deve estar preparado para tal desempenho, pois a evolução de detenção aumenta em média vinte por cento ao ano.

A polícia não tem acompanhado esta evolução, em termos de preparo, mantendo uma posição estática.

Os cursos poderão ser realizados junto ao pessoal especializado do Instituto de Assistência ao Menor ou da própria FUNABEM.

A problemática do menor está envolvida numa ordenação muito mais social do que policial.

Desta maneira, há necessidade de um esquema próprio para o trato com esses menores.

Aproveitamos o momento para pedir uma rigorosa fiscalização, com levantamento dos nomes dos atuais colaboradores, junto aos comissários não remunerados.

São mais de 100 elementos que usam identificação policial, ligados à DPM.

Muitos se utilizam destes documentos para entrarem em cinemas, clubes e locais de diversão, sem cumprir sua verdadeira missão.

Deve ser feito um levantamento total, determinando funções para esses elementos ou retirando a documentação policial daqueles que não estão exercendo a missão.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário da Segurança Pública, com cópia ao Governador do Paraná, solicitando prioridade para a construção da nova sede da Delegacia de Proteção ao Menor.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

A sede atual da Delegacia de Proteção ao Menor está em situação precária, deixando de acompanhar o índice de evolução das detenções de menores.

As acomodações são insuficientes, desmotivando o trabalho do próprio policial.

Quando de sua participação na CPI do Menor da Assembleia, o delegado titular da DPM, Dr. Daniel Isberner, revelou que a planta já está pronta, devendo ser iniciada uma nova fase da delegacia com a conclusão desta obra.

As novas dependências deverão abrigar uma série de setores, com salas de preparação psicológica, triagem, tratamento adequado, etc.

Divisão de alas masculinas e femininas e outros fatores que deverão beneficiar o tratamento com o menor.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário,

seja encaminhado ofício ao Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, com cópia ao Secretário da Justiça e Governador do Paraná, solicitando a construção de uma obra própria para menores infratores.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Devemos separar o menor carente e abandonado do menor infrator.

Aquele que cometeu um assalto à mão armada ou um crime (menor infrator) deve ficar em ala especial, para tratamento adequado, com psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, gabinetes dentário e médico, ambulatório e capela.

Uma completa infra-estrutura deve ser montada, visando a recuperação desses jovens para a sociedade.

Muitas vezes eles continuam no mundo do crime porque não recebem atenção e carinho daqueles que estão com a responsabilidade de conduzi-los para o caminho do bem.

As crianças necessitam de amor, principalmente aqueles que não merecem.

Só assim elas estarão sendo recuperadas para um futuro melhor.

Cuidar da criança de hoje é preparar um mundo melhor para o amanhã.

Existem menores com elevadíssimo grau de periculosidade que não devem ficar internados com os menores carentes e abandonados, como acontece hoje em dia nas escolas correcionais (Queiróz Filho, Campo Comprido, etc).

Devemos evitar o recolhimento indiscriminado, pensando em não corromper o menor carente e abandonado, que poderá desta forma receber impulsos negativos quando do contacto diário com os menores infratores.

Também poderá ser estabelecido critério em Piraquara com ala especial para jovens na idade de 18 anos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, com cópias aos Senhores Secretário da Justiça e Governador do Estado do Paraná, solicitando a construção de um Centro de Reeducação Feminino, visando atendimento especial às mulheres menores de idade, considerando que o preconceito pesa sobre as mulheres.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

As maiores dificuldades encontradas pelas instituições de menores são geradas pelo atendimento às menores carentes e abandonadas.

Um problema sério, porque é muito difícil atender à menina, a adolescente, nessas instituições.

Partindo do pressuposto de que há um preconceito sério com a mulher, é que estamos requerendo uma ação especial para o seu tratamento.

Existem muitas entidades assistindo de alguma forma o menor, mas poucas ou quase nenhuma atendendo meninas.

Muitos consideram a mulher como vidro: "quebrou não tem mais conserto".

O homem, dizem, pode cair, levantar e sofrer nova queda que não perde a dignidade.

Agora, a mulher, perde.

Por isso, entendemos que um Centro de Reeducação Feminino poderá servir para garantir uma condição melhor

atendimento, visando a reintegração dessas jovens à sociedade.

Inclusive com aproveitamento do SENAC e SENAI para cursos de enfermagem, telefonistas, etc.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio do ofício ao Secretário da Saúde e Bem Estar Social, com cópia ao Secretário da Justiça e ao Governador do Paraná, solicitando a construção de uma obra própria para menores deficientes mentais e cheiradores de cola.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA ;

Há necessidade de um tratamento especial, com atendimento médico permanente, para os menores com problemas mentais e cheiradores de cola. Hoje, estes menores são internados nas escolas correccionais, juntamente com os menores carentes e infratores.

Recebem o mesmo tratamento, sem um amparo maior. Quando de uma visita que fizemos ao IAM (Escola Correccional Queiróz Filho) constatamos a presença de três deficientes mentais internados junto com os demais jovens daquele estabelecimento.

Certamente eles não terão uma recuperação ideal, pois não recebem uma atenção especial.

Inclusive, muitas vezes, ficam marginalizados, pois são esquecidos pelos companheiros, que procuram evitá-los quando das participações em brincadeiras ou jogos.

Os menores cheiradores de cola também deverão receber tratamento à parte, pois são jovens viciados que poderão retornar à vida normal, com atenção e fraternidade daqueles que os tratam.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, com cópia ao Governador do Paraná, solicitando uma rígida fiscalização nas creches, observando normas ditadas pelo Ministério da Saúde.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo o Ministério da Saúde para uma creche funcionar é necessário o registro de nascimento, atestado de vacina de acordo com a idade da criança.

Para cada criança deverá haver uma folha de ordens médicas e dietéticas.

Tem que haver exames prévios (clínico, radiológico, de fezes e atestado de vacina).

É necessário assistência de enfermagem. Observações cuidadosas do desenvolvimento da criança e encaminhá-la na época devida para reforço da vacina.

Com isso, o Ministério ainda inclui banhos de sol adequados para a idade da criança.

Para a instalação de creches tem que haver dependências exclusivamente reservadas às crianças; e cada uma com suas especificidades dependendo da faixa de idade delas.

Exige a lei: lactário (cozinha de leite), chaleira, peneira, funis, dúzias de xícaras, batedor de bife, 1 filtro de parede e outros detalhes quando não devem passar despercebidos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a implantação de um Programa Especial de Integração, preparando o adulto para cuidar da criança.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

É preciso ensinar gente grande a cuidar de gente pequena, preparando o adulto para viver mais perto das crianças. Principalmente daquelas menores carentes e abandonados. A sugestão é no sentido de realizar um programa levando universitários aos estabelecimentos do I.A.M. para a realização de conferências educativas aos menores internos e àqueles que ainda se encontram no meio de uma indefinição moral.

Levar também para palestra positivas artistas, políticos, figuras conhecidas do meio comercial e industrial, etc.

Trata-se de uma forma de integrar o menor à sociedade, ajudando-o na sua formação moral.

As palestras podem mostrar a caminhada para uma vida honrada e de sucesso, como também a recuperação de uma vida, incentivando o menor.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Saúde e Bem Estar Social, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a criação de um programa especial de assistência junto aos familiares de menores carentes, evitando desta forma o internamento de crianças.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Estamos sugerindo uma dinâmica especial no sentido de atendimento (assistência geral) às famílias dos menores carentes, esperando contar com um aumento de condições de trabalho para a equipe do IAM, que já vem desenvolvendo programa neste sentido.

Trata-se de uma forma de se evitar o internamento de crianças.

Todos sabem que o internamento não é a solução ideal, pois favorece a homossexualismo e provoca outras implicações anti-sociais.

A própria presidente da FUNABEM, Elea Guazelli, declarou perante a CPI do Menor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná "os que fogem dos internatos são salvos, porque se ficarem por lá estarão perdidos".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a criação de um sistema programado de auto-suficiência, preparando o menor para o seu próprio sustento, evitando a ociosidade, abrindo uma condição livre para a formação do menor.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Dentro de um programa especial o menor interno do IAM poderá desenvolver um trabalho gerador de sua própria auto-suficiência.

Cada menor custa para o Estado, em média, de 6 a 10 mil cruzeiros mensais.

Com o trabalho diário desenvolvido na lavoura (venda de verduras), padaria, gráfica e setor de artesanato do próprio Instituto, ele conseguirá obter um lucro real, cobrindo suas próprias despesas.

Inclusive poderá ser idealizada uma maneira de estabelecer critérios visando a criação de cadernetas de poupança, onde o dinheiro arrecadado no trabalho seja depositado e somente retirado quando o menor completar a maioridade.

Quer dizer; ele trabalha diariamente (além de estudar normalmente e cursar setores de profissionalização), para suas despesas de internamento e ainda poderá obter lucro que será depositado como garantia do seu futuro.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República do Brasil, com cópia ao Sr. Governador do Paraná, sugerindo a adoção de uma nova política tributária.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

É inegável que os graves problemas enfrentados pela maioria das prefeituras brasileiras decorrem da deficiente política tributária implantada no País.

Um estudo especial deve ser colocado em prática, pelos técnicos do planejamento brasileiro, de modo a valorizar os municípios como célula administrativa da Nação e torná-los capazes de enfrentar com maior autonomia os seus próprios problemas, inclusive os sociais.

A revisão deste sistema é uma necessidade gritante, pois a abertura somente estará completa, e com crédito, quando implantar modelos democráticos e leis que beneficiam municípios e suas populações.

Não estamos apenas diante de um problema fiscal, mas principalmente diante de um problema político e social.

A União arrebatou mais da metade da arrecadação municipal, enfraquecendo as prefeituras, provocando o caos social, gerando problemas graves que somente serão resolvidos com uma justa reforma tributária.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República do Brasil, com cópia ao Sr. Governador do Paraná, sugerindo a Federalização dos Juizados de Menores.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA :

Com o pensamento voltado para uma coordenação de comando uno, visando estruturar a problemática do menor na população brasileira, é que sugerimos a Federalização dos Juizados de Menores, seguindo uma corrente formada pelas maiores autoridades nacionais do assunto.

O Sistema Nacional da Política do Menor poderá dessa forma receber uma orientação uniforme e disciplinada, beneficiando toda uma população infantil e carente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República do Brasil, com cópia ao Sr. Governador do Paraná, sugerindo um programa especial, com a colaboração das Forças Armadas, visando a prática diária de educação física, moral e cívica para a criança e jovens na faixa de 07 a 18 anos de idade.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

A sugestão poderá ser desdobrada em diversas etapas, incluindo a população das favelas, favorecendo os menores carentes, observando o fato desta gente não dispor de condições de receber uma educação física, moral e cívica ideal e adequada.

Milhões de brasileiros não estão freqüentando as escolas. Um mútirão nesse sentido, dentro de um esquema que não seja obrigatório, mas que desperte o interesse da própria população, deverá, certamente, resolver a questão.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República do Brasil, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a criação do Ministério da Família e do Menor.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Buscando adotar uma filosofia própria, dentro de uma atuação preventiva, com o objetivo de atingir a tríade criança-menor-homem, estamos sugerindo a criação de um Ministério da Família e do Menor, que acionaria todos os indicadores responsáveis pelas disfunções sociais, responsáveis pela desagregação familiar. Outro fator determinante deste ministério seria o controle organizado de todas as entidades de menores, colocando em comando uno a FUNABEM (que poderá exercer papel central de coordenação), FEBEM, FEEMs e IAM, evitando desta maneira a diluição de verbas nos efeitos curativos e o conflito de programas, pois várias entidades fazem a mesma coisa, investindo recursos financeiros e humanos no mesmo programa, com resultados insuficientes.

O ministério poderia também assistir diretamente à família carente, evitando a formação de um lar desestruturado e marginalizado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República do Brasil, com cópia ao Governador do Estado do Paraná, sugerindo a criação de um sistema que possibilite a adoção da gratuidade para a obtenção do Registro de Nascimento.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Visando facilitar a retirada de uma Certidão de Nascimento, principalmente pela população pobre e carente desta Nação, é que estamos sugerindo a gratuidade para o Registro de Nascimento garantindo a integração da criança à popula-

ção brasileira, com um nome, seja qual for sua condição social e econômica.

Sabemos que existem diversas entidades, cito como exemplo a Legião Brasileira de Assistência, que resolvem tal tipo de situação, mas na realidade muitos brasileiros estão hoje sem registro porque desconhecem esse tipo de atendimento, sabendo apenas que para conseguir tal documento são necessários alguns cruzeiros.

Como esta gente não tem condições de efetuar o pagamento, ficam sem registrar os filhos, criando um problema futuro.

A exemplo do que já acontece com o título de eleitor, que é gratuito, estamos sugerindo a adoção de uma medida que possa facilitar a retirada deste que é o maior documento de um cidadão.

Poderá ser criado um sistema que possibilite a gratuidade no Registro de Nascimento, documento original.

Depois, em caso de retirada de uma segunda via, seja estudada outra fórmula, visando responsabilizar o portador do documento.

Mas, o documento original deve ser gratuito, inclusive deverá ser expedido com outras duas vias, facilitando para quem o adquire.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Sr. Ministro da Justiça, com cópia ao Governador do Estado do Paraná, sugerindo a definição da responsabilidade na guarda de crianças abandonadas na faixa de 0 a 6 anos de idade.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que mais de vinte e cinco milhões de crianças estão incluídas nesta faixa de idade.

Considerando que oficialmente não existe uma entidade, ou órgão responsável direto pela guarda dessas crianças.

Considerando que o Ministério da Saúde, a exemplo do Ministério da Previdência Social, cuida apenas da mãe, quando nascem os bebês.

Considerando que o Ministério da Educação é responsável pela faixa dos 7 aos 14 anos, segundo preceito constitucional. Considerando declaração do presidente da FUNABEM que revelou não saber exatamente de quem é esta responsabilidade.

Considerando que nada declara que seja LBA, FUNABEM ou outras entidades assistenciais, estamos sugerindo a determinação de uma responsabilidade de quem deva cuidar-las.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ministro da Justiça, com cópia ao Governador do Estado do Paraná, sugerindo estudos urgentes e especiais, no sentido de enquadrar o cheirador de cola (xereta) na lei dos tóxicos, já que este tipo de vício provoca o desvio de personalidade, afetando o corpo e a mente, criando uma dependência fatal.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Milhares de garotos estão hoje envolvidos com o vício de cheirar cola, numa dependência que poderá levá-los à mor-

te. Tal tipo de ação não pode ser evitada pelos delegados de menores, nem pelos Juizes de Menores, pois não existe lei que regule tal tipo de tóxico.

O Ministério da Justiça poderá estudar, com seus técnicos, uma fórmula capaz de resolver a situação, já que a vida de muitos pobres coitados está seriamente ameaçada. Eis o que diz sobre o assunto um laudo do Instituto Médico Legal do Paraná, em documento assinado por três médicos, entre os quais Dr. Dilermando Brito Filho, chefe da Seção de Toxicologia: "... foi concluída neste Laboratório de Toxicologia a pesquisa toxicológica do material cola para artigos de couro, o qual estava acondicionado em um invólucro plástico para leite.

Procedeu-se cromatografia em camada delgada e cromatografia gasosa.

Provou-se ser material à base de hidrocarbonetos (solventes), provocando no indivíduo que a inala, alegria extrovertida, sensação agradável, excitação, euforia, fala indistinta, podendo ocorrer perda de consciência.

A exposição repetida pode causar tolerância e dependência psicológica. Pode ocorrer morte por parada respiratória, além de danos renais, hepáticos e do SNC". Aí está a gravidade do problema.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Ministro da Justiça, com cópia ao Governador do Paraná e aos Líderes dos blocos parlamentares do Senado e Câmara Federal, sugerindo estudos urgentes, visando a criação de uma lei que possibilite a punição de pais que praticam maus tratos aos filhos, gerando os menores abandonados, bem como aqueles que praticam o aliciamento de menores.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Os jornais, as televisões, as rádios vivem mostrando casos de monstruosas agressões contra crianças, muitas vezes provocadas pelos próprios pais.

São pessoas desequilibradas que provocam a morte de crianças.

É incrível o número de fraturas múltiplas, de crânio e clavícula, de hemorragias, escoriações e queimaduras em crianças, provocadas pelos próprios pais.

É uma triste realidade do ser humano.

É muito maior do que se pensa a crueldade de certos pais em relação aos filhos.

É preciso agir judicialmente contra esses miseráveis espancadores de filhos.

As penas devem ser rigorosas, sem que proteção alguma lhes deva ser oferecida.

Se são doentes, que se tratem.

Se são loucos, que se internem.

Se são criminosos natos, que se isolem da sociedade.

Vamos defender as crianças dos espancamentos criminosos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Ministro do Trabalho, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo estudos visando o retorno do Salário do Menor".

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1980.

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Visando uma ampliação do mercado de trabalho para o menor, estamos sugerindo a adoção do Salário do Menor, motivando o comércio e a indústria para uma abertura nesse setor.

Atualmente a lei desprotege o menor, criando um mercado limitado de trabalho.

A falta de um salário para o menor causa desempregos, iniciando uma caminhada para a marginalização.

Poderá ser feito um estudo especial, determinando maior salário mínimo ou três quarto do salário, mas com toda a cobertura de uma legislação social.

No Paraná, hoje, existe um salário especial para o menor, mas somente para aqueles que estão cursando setores de profissionalização (Senac, Senai, etc.), na qualidade de aprendiz.

Não atinge a todos os menores, dificultando o acesso dos mesmos ao mercado de trabalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Curitiba, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a gratuidade nos ônibus do município para os menores da Guarda-Mirim e da Casa do Pequeno Jornaleiro, desde que estejam uniformizados e documentados.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Os menores da Guarda-Mirim e da Casa do Pequeno Jornaleiro, do Instituto de Assistência ao Menor, utilizam diariamente, e por muitas vezes, o sistema de transporte coletivo da cidade, gastando bastante dinheiro nas passagens.

Geralmente pagam a condução com o próprio dinheiro, pois precisam chegar até determinado ponto para realizarem um trabalho (Guarda-Mirim) ou venderem jornais e revistas (Casa do Pequeno Jornaleiro).

O dinheiro que poderá ser economizado com a gratuidade, será investido em melhorias para os próprios órgãos do I.A.M.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Prefeito Municipal de Curitiba, com cópia ao Governador do Paraná, solicitando e sugerindo estudos especiais, visando não permitir a liberação de alvarás para casas de jogos (fliperamas, etc.) nas proximidades de estabelecimentos escolares.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Muitos jovens, motivados pela presença de casas de jogos nas proximidades de escolas e colégios, não estão acompanhando as aulas, além de iniciarem uma caminhada rumo ao vício e a desocupação.

É evidente que os proprietários de fliperamas e outros jogos encontram nos estudantes a sua maior clientela.

Desta forma, estamos sugerindo a criação de um esquema especial que proíba a presença dessas casas de jogos perto dos colégios ou escolas.

A melhor maneira é a não liberação de alvarás de funcionamento.

Realizar também um estudo, visando a retirada dos alvarás de casas de jogos que estejam a 200 ou 300 metros de estabelecimentos escolares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Saúde e Assistência Social, sugerindo a descentralização do CEDIT, órgão do Instituto de Assistência ao Menor.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho desempenhado pelo CEDIT na Capital do Estado, realizando triagens dos menores, para encaminhar aos diversos órgãos do I.A.M., poderá ter grande proveito com uma possível descentralização, criando um sistema idêntico no interior do Estado, podendo obedecer um critério de regiões.

A implantação desse tipo de atendimento no interior, evitará o afastamento do menor da família, além de facilitar o próprio trabalho do I.A.M.

Neste programa será enquadrado o esquema de aprendizado, com o próprio CEDIT, através de convênios, preparando os menores para uma vida profissional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Secretário de Saúde e Bem Estar Social, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo a descentralização do Instituto de Assistência ao Menor, gerando novas sedes no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Evitando migrações e favorecendo o atendimento de menores, além de familiares dos menores, no interior do Estado, é que sugerimos a descentralização do Instituto de Assistência ao Menor.

Com centrais em Londrina, Maringá, Cascavel, etc., o I.A.M. poderá atender mais de perto os menores carentes e abandonados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Secretário da Agricultura, com cópia para o Governador do Paraná, sugerindo a implantação de AGROVILAS, assistidas e controladas pelo Governo, mantendo o homem no campo, procurando controlar o êxodo rural, mantendo também o menor em suas bases familiares.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Com a facilidade provocada pelo progresso, muitos lavradores deixam o campo, através de rodovias asfaltadas ou novos caminhos, para chegar até a cidade grande, na tentativa de conseguirem um melhor meio de sobrevivência.

Vem trazendo junto a mulher e um rosário de filhos. Quando chega na cidade grande encontra toda a sorte de dificuldades, ficando radicado em favelas, com os filhos espalhados pela cidade, em busca de um sustento a qualquer preço.

Para que tudo isso seja evitado, estamos sugerindo a criação de AGROVILAS, incentivando o lavrador, mantendo o homem no campo e conseqüentemente, o menor também.

Além de brecar o êxodo rural, evita também a proliferação dos latifundiários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado dos Recursos Humanos, com cópia ao Governador do Paraná, sugerindo prioridade para emprego de menores de idade em órgãos do Estado, num esquema que possibilite o aumento da oferta de trabalho, incentivando desta forma o recebimento de menores por parte do Comércio e da Indústria.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o mercado de trabalho para o menor está praticamente fechado.

Considerando que o empregador não tem interesse em dar emprego ao menor porque ele sabe que está criando um sério problema para sua empresa, pois ao mesmo tempo em que foi dada a oportunidade e o direito do menor receber salário igual ao do adulto, ele tem uma série de prerrogativas para lhe proteger.

Na verdade estas prerrogativas acabam desprotegendo o menor, porque ele acaba não conseguindo ingressar no mercado de trabalho.

Considerando que os menores têm pouca profissionalização.

Considerando que o Estado (Governo) tem condições de implantar um sistema de abertura neste setor, estamos sugerindo a ação que possa vir a beneficiar realmente o menor.

Abrindo as portas para os menores o Estado estará dando um exemplo marcante e positivo, motivando a Indústria e o Comércio para a continuação deste programa.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 51/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a Rodovia que liga os Municípios de Nossa Senhora das Graças à Colorado, passando pelo Distrito de Alto Alegre, trecho de aproximadamente 20 Km. de extensão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.980

a) Quielse Crisóstomo.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste plano de lei é o de atender a sede dos dois municípios, que estabelece ligação com as rodovias entre Maringá, Nova Esperança e Santo Inácio, o que trará melhor e mais seguras condições de tráfego para escoamento de grande produção, principalmente a da Usina de Alcool localizada na região.

O leito desta estrada é de arenito caiua, razão por que não tem condições de suportar cargas de grande tonelada ou tornando seu uso impraticável nos períodos de seca e de chuvas.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Vereador Antonio Alves de Lima, de Tijucas do Sul; bem como do Sr. Benjamin Stankiewski, Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul; dos Srs. Vereadores Valdir Sfraiden, Líder do P.D.S., Waldemar Moreli, Aloisio Levandowski, Antonio Ribeiro e também dos Srs. Arlindo Bavareski, Wilson Fontanelli e demais lideranças de Laranjeiras do Sul e Sr. José Casaroti, Presidente da Câmara Municipal de Borrazópolis.

Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lemos, numa das últimas edições do jornal "Gazeta do Povo", na secção de "Notas Políticas", a seguinte notícia: "Homenagem a Benghi — o Vereador Eugênio Mariniuchi, da Bancada do P.D.S. de União da Vitória, enviou sugestão à Assembléia Legislativa no sentido de alterar a denominação do complexo escolar Túlio de França. O Vereador sugere que o complexo estadual passe a levar o nome do Engenheiro Tancredo Benghi.

A iniciativa teve o apoio unânime da Câmara Municipal, uma vez que se trata de homenagem póstuma ao ex-Prefeito daquele município. A propósito desta matéria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante da minha preocupação sobre o assunto, eu tive oportunidade de trocar idéias com o nobre Deputado Domício Scaramella, eminente representante daquele município nesta Casa, e pude observar que talvez o que se relaciona com esta notícia não venha a ocorrer, porque iria criar um precedente indesejável à própria história de nosso Estado.

Daí porque, Sr. Presidente, não considero absolutamente indébita esta minha interferência por não ser representante daquele município nesta Casa. Trata-se de um assunto que extrapola o âmbito municipal, por razões até históricas, conforme desejo relatar no pronunciamento que passarei a fazer: (Lê):

"Há mais de trinta anos, implantou-se na cidade de União da Vitória o Colégio Estadual "TÚLIO DE FRANÇA", o maior complexo educacional de nível médio daquela cidade sul-paranaense. Segundo dados que colhemos, em 1.974, esse estabelecimento considerado modelar, com uma centena de professores e 2.000 alunos, prestou naquele ano homenagem póstuma ao seu ilustre patrono, "jurista eminente que, durante tantos anos, regou aquele pequeno pedaço de chão brasileiro com sua dedicação e saber, num trabalho dedicado e profícuo em prol da sociedade, servindo de exemplo àquela juventude", conforme palavras do Prof. Raulino Bortolini — Diretor do citado Educandário.

Tais referências inseridas na edição das poesias de Túlio de França — "Flores de Inverno", de 1.974, a que o Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia daquela cidade se associou, através dos Professores Nelson Antonio Sicuro, Fahena Porto Norbatiuk e Francisco Filipak. Este último na Introdução da obra poética de Túlio de França, ressaltou tratar-se de um insigne poeta e primeiro magistrado de União da Vitória.

Napoleão Marcondes de França, pai de Túlio foi juntamente com seu irmão Amazonas de Araújo Marcondes, um dos fundadores, na década de 1.880 da cidade de Porto União. Ambos filhos de Francisco Inácio de Araújo Marcondes

(por alcunha Pimpão), componente de uma das Bandeiras povoadoras dos Campos de Palmas, em 1.836. As raízes dos seus ancestrais asseguraram a ocupação que fundamentou a causa vitoriosa do Território das Missões, patrocinada pelo Barão do Rio Branco, a favor do Brasil, no famoso litígio com a Argentina.

Bacharel em Direito pela tradicional faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, turma de 1.912, faleceu aos 43 anos de idade, depois de exercer a magistratura em diversas comarcas do Estado, e no Governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha, a elevada função de Procurador Geral da Justiça do Estado.

Em rápidas pinceladas estão aí os traços marcantes do Dr. João Túlio Marcondes de França, como homem de letras e jurista, reverenciado e querido pelos seus contemporâneos do Paraná, amado e admirado pelos seus conterrâneos de União da Vitória, cuja maior consagração dos Poderes Públicos Estaduais, foi denominar de "Túlio França" o complexo escolar daquela cidade.

Dentro de poucos dias, deve chegar a esta Casa uma mensagem da Câmara Municipal de União da Vitória, sugerindo a mudança de patrono daquele Complexo Escolar para o saudoso engenheiro Tancredo Benghi, ex-Prefeito daquele município.

Entendo que a iniciativa não é feliz e nem justa, e lamento discordar dos meus correligionários Vereadores de União da Vitória, que apoiaram a forma de homenagear postumamente o Dr. Tancredo Benghi. Todos sabem e reconhecem os seus méritos profissionais, os serviços prestados ao DER como seu Diretor e Prefeito de União da Vitória, e é defensável que tudo isso seja proclamado sem chocar, com uma medida suscetível de provocar descontentamento geral, especialmente os homens de letras, os juristas e sobretudo os professores e alunos do Colégio Estadual "Túlio de França".

Desta tribuna dirijo um vêemente apelo à Câmara Municipal de União da Vitória para que reconsidere a sua sugestão e admita que a homenagem ao ex-Prefeito Engenheiro Tancredo Benghi recaia sobre uma das obras públicas do Estado, cuja execução estiveram sob sua inspiração, direção ou construção."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Zanlorenzi. Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Declino.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que o assunto político, a nível nacional, continua sendo a prorrogação dos mandatos.

Na verdade as tais dificuldades eleitorais, impeditivas das eleições neste ano, não passam de conversa fiada ao velho estilo.

A partir do momento da decisão pela reforma partidária, o Governo já decidira atrapalhar o pleito.

Em verdade, chegou a admitir, no caso de falhar o plano da prorrogação, que poderia disputar as eleições na expectativa de uma vitória mais ampla, pois usaria a seu favor as dificuldades artificialmente opostas à organização dos partidos.

Ocorre no entanto que, enquanto o tempo foi passando, a inflação foi aumentando, o custo de vida inchando

e as violências repressivas de Santa Catarina, São Paulo e Minas se generalizaram.

Com as altas de leite, de pão, do açúcar, do feijão, da gasolina e de tudo enfim, agora já existe o medo terrível de uma dura derrota em áreas antes consideradas tranquilas.

Ao Governo, eleição não interessa no momento.

Se fosse realmente de interesse do Governo, todas as condições seriam permissíveis para que pudessemos ter as eleições este ano.

Ontem ainda, em Brasília, o Ministro da Justiça, Abi-Ackel, dizia que: "A partir de agora, os termos da equação alteram-se substancialmente, devido à impossibilidade jurídica de realizarem as eleições municipais."

"Se até então continua o Ministro — estávamos diante da alternativa de eleições ou prorrogação de mandatos — agora teremos de enfrentar o dilema da prorrogação ou da vacância dos mandatos municipais."

Enquanto isso, o Senador Jarbas Passarinho, admitia ontem pela primeira vez, que seu partido não tem número, para sozinho, aprovar no Congresso a emenda constitucional que prorroga os mandatos dos Prefeitos e Vereadores.

E foi o próprio Líder do Governo no Senado quem afirmou caber agora à Oposição decidir entre as duas alternativas: prorrogação dos mandatos ou a nomeação de interventores para as prefeituras e o fechamento das câmaras municipais.

Enquanto o Governo fica procurando uma fórmula para aprovar a emenda constitucional do Deputado Anísio Souza, do PDS goiano, os partidos oposicionistas estão apresentando hoje um projeto elaborado por uma comissão mista de Deputados e Senadores, destinado a assegurar a realização do pleito mediante a alteração dos prazos previstos na legislação eleitoral vigente.

Como sabemos, hoje, é o encerramento do prazo para que os partidos filiem a seus quadros os prováveis candidatos à Prefeitos e Vereadores nas eleições de novembro.

Com a apresentação, hoje, através das Oposições deste projeto elaborado pela comissão mista de Deputados e Senadores, é que saberemos, em síntese, definitivamente, a verdadeira posição do partido governista, com relação às próximas eleições.

Daí, então, é que poderemos saber se o Governo quer a prorrogação, ou se pretende a intervenção em todos os municípios e o fechamento das câmaras municipais.

Era isso. Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, hoje, para me congratular com o Presidente em exercício da FETAEP, Sr. Agostinho Bukowski que faz um pronunciamento sobre as grandes cooperativas que servem às multinacionais.

Em seu pronunciamento, na CPI, diz Bukowski: "é que o próprio modelo de cooperativismo implantado no Brasil precisa ser alterado."

"As razões para essa "alteração necessária" seriam, em síntese, duas: as cooperativas de grande porte só servem aos interesses das multinacionais que operam no setor agrícola e os cooperados pequenos não possuem representatividade."

"As cooperativas implantadas pelo atual Governo não servem aos interesses da grande maioria dos agricultores, afirma Bukowski, é fácil demonstrar isso: das 470 mil

propriedades existentes no Paraná, apenas 76 mil são associados à cooperativas, ou seja 13 por cento. Todos os outros proprietários rurais não usufruem "os benefícios de uma cooperativa."

"Mas, para as empresas multinacionais que atuam no setor agropecuário, a existência das cooperativas é muito útil, e para isto basta que analisemos o seguinte: uma multinacional de adubos, ou máquinas agrícolas, que antes precisava utilizar 10 vendedores em uma região, utiliza agora apenas um que lida direto com a cooperativa."

Ontem, ouvimos o pronunciamento do Deputado Nelson Friedrich fazendo uma análise dos fungicidas, ervicidas, dos compostos de mercúrio das indústrias agro-químicas. E notamos que as cooperativas estão unidas quando é para defender os interesses de uma outra cooperativa, mas, jamais se preocupando com o pequeno agricultor, nós vimos nesta mesma divulgação ontem do "Diário do Paraná". Ao lado dessas declarações, uma outra declaração do Presidente da Ocepar, dizendo que os produtores de feijão estão restando feijão e comenta que se o Governo não está importando, é porque não existe para importar.

Aí está outra falha. Quando o Governo financiou, fora de época, orientando o plantio de feijão no mês de fevereiro, nós não vimos o encontro, a reunião das cooperativas protestarem, pedindo que suspendesse o financiamento, porque não era época de plantar feijão, porque não teríamos resultado algum com a produção desse feijão, e o resultado aí está. Vamos ver o que vai acontecer é o Pró-Agro, se vai executar os agricultores que receberam o dinheiro para plantio de feijão e que não vão conseguir tirar nem o dinheiro da semente.

Estou reclamando e sentindo de perto quando se fala na percentagem de agricultores. No Município de Jandaia do Sul, onde existia uma cooperativa dos cafeicultores e que, na época, funcionava mal porque o café quase não depende de cooperativa e é fácil a sua comercialização, mas hoje com a diversificação torna-se necessária a reativação da cooperativa, tentamos essa reativação e infelizmente, nós encontramos uma barreira através de órgãos das cooperativas, dizendo já ser Jandaia do Sul uma área de ação de uma outra cooperativa e que não poderia haver a instalação, mas verificamos que daquele município, só 25 agricultores pertencem a essa cooperativa e os demais, alguns a outra cooperativa e outros, a nenhuma cooperativa; o que é preciso é que haja e não faço aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nenhuma restrição à existência das cooperativas. Sou favorável de que se fortaleçam e que existam cooperativas, mas que elas entrem num campo mais abrangente, que é de atendimento ao pequeno agricultor, aquele que precisa mais direto da ajuda delas, dando-lhes o apoio necessário.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo um apelo para que elas entendam o seu papel, que se unam na defesa do agricultor, procurando congrega o maior número e servindo ao agricultor e não às multinacionais.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos encaminhando à Mesa o dossiê que completa um trabalho dentro da CPI do Menor abandonado da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Na qualidade de Presidente dessa CPI, quero, logo de início, agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, colaboraram para que os trabalhos fossem desenvolvidos dentro de um clima de estabilidade.

Agradecemos também à Dra. Mirthes Magda Gomes, Secretária da CPI, às taquígrafas da Casa, aos diretores e funcionários desta Assembleia, à imprensa que tanta cobertura nos deu, aos depoentes e aos Deputados que estiveram presentes nessa CPI, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antonio Facci, Antonio Romero, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Florisvaldo Palácios, Fiori Luiz, Gilberto Carvalho, João Elísio, José Domingos Teixeira, Mário Celso, Nestor Baptista, Nelson Friedrich, Nilso Sguarezi, Pinto Dias, Quilse Crisóstomo, Ruben Valduga, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado, Túlio Zanchet e Waldyr Pugliesi.

Quero deixar claro que a CPI do Menor encerra os seus trabalhos nesta Casa, mas não deixa de lado a preocupação com o bem estar do menor do Estado do Paraná.

Nós estamos inclusive, encaminhando uma série de requerimentos onde fazemos sugestões aos órgãos do Governo municipal, estadual e federal, visando naturalmente dar cobertura e ampliar o atendimento ao menor no Paraná. (Lê):

"O total de um milhão de abandonados no Paraná são os filhos dos derrotados, que sucumbiram à própria paternidade. Tudo que se fizer no País para agasalhar estes menores carentes e abandonados não passará de uma terapia das conseqüências. A solução, a profilaxia desse verdadeiro câncer social está em resolver de vez o problema da concentração de rendas nas mãos de uns poucos, enquanto a maioria se debate na miséria.

Na realidade, o menor abandonado é uma parte do grave problema sócio-econômico da Nação. Desta forma, buscar soluções para o problema dos menores significa procurar resolver o problema dos maiores de quem as crianças e os jovens são filhos. Há 2 bilhões de crianças no mundo, a maioria com menos de 10 anos de idade. Os serviços médicos atendem apenas uma entre cada 20 crianças. Mais de 200 milhões de crianças nascem a cada ano e 7 em cada grupo de 10 bebês, nascem sem assistência médica. No Brasil, mais de 10 milhões de crianças estão hoje passando fome. No Paraná, a triste marca atinge 1 milhão de menores. Cerca de 85% das crianças que moram no campo não têm fornecimento de água potável em casa. A falta de vitamina A faz com que milhares de crianças percam a visão.

Uma em cada grupo de cinco não completa seu primeiro ano de vida. Há mais de cinco milhões de crianças de 7 a 10 anos de idade que não estão aprendendo a ler, escrever, fazer contas. Mais da metade da população das favelas é formada por crianças que vivem em condições de mais difíceis e precárias. No Brasil, mais de 30 milhões de crianças e bebês moram em áreas rurais longínquas, sem assistência médica e escolar, com sérios problemas de nutrição. O problema do menor não pode ser protelado para depois. Os futuros criminosos se preparam pela fome, pela falta de habitação e pela falta de educação. Não existe menor carente, existe o maior carente.

É muito importante a assistência à família, evitando desta maneira o internamento de menores. À própria Presidente da FUNABEM, Eclea Guazelli, revelou que o internamento favorece o homossexualismo e prejudica o desenvolvimento do menor. Foi mais além declarando: "os que fogem se salvam, porque se ficarem lá dentro estão perdidos". Porque não se deve internar:

- 1 — Porque as experiências em família propiciam melhor desenvolvimento da criança e estreitam os laços familiares, dando-lhes maior segurança emocional.
- 2 — Porque o internamento impede aos pais assumirem real responsabilidade para com os filhos, omitindo-os da participação no desenvolvimento e resolução dos pro-

blemas.

- 3 — Porque a pobreza não é problema individual, mas social e não pode ser resolvida com internato. O internamento da criança não modifica o meio social da família.
- 4 — Problemas de conduta são frutos do mal relacionamento entre familiares, e o afastamento da criança cada vez mais aumentaria os conflitos.
- 5 — A experiência comprova que em cada solicitação de internamento há uma rejeição, muitas vezes inconsciente dos pais para com os filhos.
- 6 — O internato dificulta o contato do menor com os grupos que ele cria espontaneamente, com a família, com a comunidade, bloqueando sua socialização e adaptação futura na família, no trabalho, enfim na sociedade.
- 7 — O menor internado vê anulada a sua necessidade de posse, faltam-lhe as coisas pessoais, aquilo que pertence a cada um, sendo ele apenas uma parte do grupo.
- 8 — A criança internada não participa do atendimento de suas necessidade, que são sempre deliberadas por terceiros que a superprotegem, condicionando-a à uma dependência.
- 9 — O internato nega a criança o senso de realidade, condicionando-a a um mundo de fantasias, que a impede de discernir as situações reais das imaginárias.

Os principais fatores que geram o menor abandonado: a) problema sócio-econômico, b) falta do cumprimento das leis, c) crescimento demográfico, d) movimento migratório desordenado, e) remoção das favelas, sem planejamento adequado, f) desemprego e subemprego, g) ausência da mulher no lar, h) previdência social deficiente, inadequada e muitas vezes mal controlada, i) falta de coordenação no comando. Falta de comando uno e finalmente j) problemas com educação. Falta de uma pré-escola.

22 milhões de crianças estão hoje nesta faixa de idade. Serão os adultos do ano 2.000."

Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Recebi ainda ontem uma denúncia de que o tráfico de cola de calçado é uma realidade violenta dentro de Curitiba, dentro do Paraná. Existe o traficante que está vendendo uma latinha de cola ao preço de 50 cruzeiros. Ele faz uma coordenação envolvendo 200 menores. A renda diária desses traficantes é de 10 mil cruzeiros. 200 menores, a 50 cruzeiros uma latinha, uma renda diária de 10 mil cruzeiros.

Segundo a informação, essa lata tem a duração de dois dias para inalação dessa cola. Então é também um outro assunto sério e gravíssimo, quando não os dos menores que estão cheirando agora álcool dos escapamentos de automóveis à álcool. Eles pegam pacotes de leite e colocam no final do escapamento a fim de depois fazer a inalação desse álcool proveniente daquela peça. São denúncias que nós fazemos aqui, desta tribuna, mas vamos mais além.

Não adianta apenas levantar o problema ou fazer a denúncia. É importante também que se faça aqui o apontamento de sugestões e é o que nós estamos fazendo através de 26 requerimentos que encaminhamos à Mesa, e que apelamos aos Srs. Deputados dos 4 partidos, desta Casa. 26 requerimentos com sugestões. Nenhum tem caráter demagógico, nenhum tem caráter político, apenas de apresentar soluções para o menor abandonado.

Peço, ao Secretário de Estado da Agricultura, inclusive requerimento que eu solicito, aliás todos eles com cópia para o Governador, a fim de que Sua Excelência o Governador do Estado também acompanhe a tramitação dessa matéria. Ao Secretário de Agricultura peço a implantação de agro-vilas assistidas e controladas pelo Governo, o incentivo ao lavrador mantendo o homem no campo, procurando

cessar o êxodo rural. E dessa forma mantendo também o menor em suas bases familiares.

Ao Secretário de Recursos Humanos solicito prioridade para empregos de menores em órgãos do Estado no esquema de abertura que possibilite o aumento da oferta de trabalho, incentivando o recebimento de menores por parte da Indústria e do Comércio.

Ao Secretário de Educação solicito a implantação do sistema pré-escolar do Paraná abrigando crianças em idade de dois a seis anos, considerando que os seis primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento e para a estrutura da personalidade de uma criança.

Ao Secretário da Justiça, a implantação de um sistema que vise a liberação imediata de menores que completam 18 anos possibilitando a sua retirada ou remoção de uma escola própria para menores. É o caso da Queiroz Filho, onde temos lá mais de 70% de menores oriundos do interior, alguns hoje com 19, 20 anos de idade e que não foram removidos porque os Juizes do interior não autorizaram a sua liberação ou remoção.

Então eu peço que se faça um estudo nesse sentido, a fim de sanar esse problema.

Ao Secretário de Segurança Pública, a realização de cursos especiais para Agentes da Delegacia de Proteção ao Menor junto ao IAM e Funabem. A evolução de detenção aumenta na base de 20% ao ano. A polícia não tem acompanhado o índice em questão de preparo. A polícia hoje se apresenta estática, e o que nós observamos é que um policial hoje está na Furtos de Automóveis ou na Furtos e Roubos, e amanhã, ele é transferido para a Delegacia de Menores. Ele vai tratar o menor da mesma maneira como trata um marginal, um criminoso, um assaltante. O menor deve ser tratado de maneira especial, psicologicamente, inclusive assistido. Por isso pedimos, sugerimos a realização desses cursos especiais.

Ao mesmo Secretário de Segurança peço prioridade para a construção da nova sede da Delegacia de Proteção ao Menor.

Ao Secretário de Saúde e Assistência Social, órgão inclusive afeto ao IAM, Instituto de Assistência ao Menor, 1.º — A construção de uma obra própria para menores infratores, com salas para psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, gabinete médico, ambulatório, capela, evitando o recolhimento indiscriminado.

2.º — Ao mesmo Secretário — Construção de uma obra própria para menores deficientes mentais e cheiradores de cola.

3.º — Construção de um Centro de Reeducação Feminino. Considerando que o preconceito pesa sobre a mulher, criar um tratamento especial, com cursos de profissionalização (enfermagem, telefonista, etc.), com aproveitamento do Senac e do Senai.

Hoje, segundo o próprio Diretor do IAM, o maior problema do menor abandonado se estabelece justamente na mulher.

Exercer rígida fiscalização nas creches, observando normas ditadas pelo Ministério da Saúde. Inclusive no requerimento, coloco na justificativa, quais são as normas do Ministério da Saúde e que não estão sendo cumpridas pela maioria das creches aqui no Paraná.

Criar um sistema programado de auto-suficiência. Inclusive me vali de uma sugestão do Deputado Quilse Crisóstomo, na CPI do Menor: fazendo o menor trabalhar para seu próprio sustento, evitando a ociosidade, impondo uma linha de abertura para a formação do menor. Cada menor custa ao Estado, em média, de 6 a 10 mil cruzeiros mensais. Com o dinheiro arrecadado com o trabalho da lavoura, verduras, junto ao IAM, panificadoras, gráficas, setor de arte-

sanato, o menor estabelece uma auto-suficiência, podendo ainda ganhar uma poupança mensal.

Sugerimos ainda ao Secretário de Saúde e Bem-Estar Social programa de assistência junto aos familiares dos menores carentes, estabelecendo uma dinâmica geral neste sentido, aumentando a condição de trabalho da equipe do IAM que já vem desenvolvendo, é bom que se diga, um programa neste sentido. É uma forma de evitar o internamento de crianças.

Programa de Integração, ensinando gente a cuidar de gente pequena, levando universitários aos internatos para conferências educativas aos menores, realizando palestras com figuras ilustres, com artistas, com jornalistas, políticos etc., motivando os menores para uma vida honrada.

Criar a descentralização do IAM, gerando novas sedes no Interior do Estado, evitando migrações. Regiões como Londrina, Maringá, Cascavel etc., necessitam hoje de uma central do IAM para atendê-los mais de perto.

Criar a descentralização do CEDIT, implantando este tipo de centro no interior, realizando triagem de menores, além de prepará-los para uma vida profissional.

Solicito ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba não permitir a liberação de alvarás para a casa de jogos, para fliperamas etc., nas proximidades de estabelecimentos escolares. Realizar estudos visando a retirada dessas casas de jogos situadas a 200, 300 m de escolas ou colégios.

Outra sugestão, criar o sistema de passe gratuito para menores que trabalham na Guarda-Mirim, ou Casa do Pequeno Jornaleiro, evitando que estes menores sejam obrigados a pagar passagem de ônibus. Poderá ser criado um esquema próprio, beneficiando os menores do IAM, desde que estejam uniformizados e realizando sua tarefa profissional.

Ao Ministro do Trabalho: criar ou fazer retornar o salário do menor, facilitando, desta maneira, a oferta de trabalho aos menores. A atual lei causa desemprego do menor, iniciando uma caminhada para a marginalização. A falta de um salário do menor provoca uma limitação do mercado.

Hoje em Curitiba, aqui no Paraná, nós temos o salário especial para o menor, mas apenas para aqueles que cursam o SENAI ou o SENAC, quer dizer, que fazem um curso de profissionalização. Fora disto, não existe o salário do menor, o que gera, sem dúvida alguma, esta caminhada para a marginalização.

Ao Ministro da Justiça, solicito a criação de um esquema que possibilite a punição de pais que praticam maus tratos aos filhos, gerando os menores abandonados. No mesmo sentido, visando a punição àqueles que praticam o aliciamento de menores.

É incrível o número de registros nas páginas policiais, diariamente, que se encontra em todo o Brasil, não só aqui, de pais verdadeiros marginais da sociedade, que espancam os seus filhos, que maltratam os seus filhos de forma violenta, causando os mais diversos problemas, as mais diversas consequências, dentre elas o menor abandonado.

Tem que haver um sistema especial para punir esses pais. Por isto encaminho esta sugestão ao Ministro da Justiça, bem como cópias para líderes dos partidos do Senado e da Câmara já que é da própria Câmara e do Senado que poderá surgir uma lei que ampare este tipo de menor que é, naturalmente, desprotegido pela própria família.

O Sr. Erondy Silvério – Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Desejo, nesta oportunidade, congratular-me com Vossa Excelência pelo trabalho que realizou na Presidência da CPI do Menor. E o que avulta e traz mérito ao seu trabalho é que Vossa Excelência tece críticas e faz o que todo opositorista deveria fazer, criticar os atos do Governo, mas apresentar sugestões.

E é o que faz Vossa Excelência através desses requeri-

mentos muito bem formulados, aliás, aos Secretários, aos Ministros de Estado e, especialmente, ao Ministro do Trabalho. Vossa Excelência aborda um ponto importantíssimo que, hoje, a demagogia de alguns não quer enxergar, mas um dos grandes males que se causou ao menor e, em consequência traz o seu desemprego, quase que em massa e o aumento da criminalidade, é exatamente a imposição do salário de maior ao menor.

Isso fecha todas as portas de trabalho ao menor. Porque, as firmas preferem, evidentemente, uma pessoa mais amadurecida, adulta, que tenha uma produção muito maior e pague o mesmo salário.

Então, essa sugestão de Vossa Excelência deve merecer o apoio de toda a Casa, porque seria o caminho inicial, o passo inicial, para que se começasse a pensar na solução do problema do menor, que é grave e que se avulta cada vez mais. E que está a merecer, de todos os homens conscientes deste País, uma tomada de posição.

Não é mais possível continuar dessa forma. Vamos deixar o lado humano, a sensibilidade de lado, e olhando o lado prático, não é mais possível a Nação assistir o espetáculo triste que, hoje, oferecem os menores desempregados a caminho da criminalidade, no início da senda do vício, exatamente pelo desemprego, pela desproteção que o menor vem recebendo das autoridades deste País.

Os pais estão inertes, impossibilitados de oferecerem algo mais aos seus filhos, principalmente, os casais de baixa renda que já se sustentam a duras penas, com os salários que recebem, hoje, com essa inflação terrível que vive não só o Brasil, mas todo o mundo ocidental.

Congratulo-me com Vossa Excelência e me incorporo a essas sugestões que Vossa Excelência apresenta às altas autoridades do Estado e do País.

O SR. MÁRIO CELSO – Obrigado. Vossa Excelência deixou-me realmente, muito feliz, porque é um homem que vem acompanhando, há muito tempo, nosso trabalho nesta Casa, e que pode, naturalmente, colaborar com esse envio de requerimento as mais diversas autoridades, fortalecendo, assim o amparo ao menor.

Obrigado, Deputado Erondy Silvério.

Continuando, ao Ministro da Justiça, solicito a criação de um esquema que possibilite a inclusão dos cheiradores de cola (xeretas) na lei dos tóxicos, já que esse tipo de vício provoca o desvio da personalidade, afetando o corpo e a mente, criando uma dependência fatal.

Fiz essa sugestão não para agredir o menor, não para englobá-lo numa lei que possa aprisioná-lo e, sim, numa lei que possa protegê-lo, a fim de que ele possa ser beneficiado.

Ao ler, dias atrás, uma conclusão do Laboratório de Toxicologia do Paraná, assinado pelo ilustre médico, Dr. Dilermando Brito Filho, surpreendi-me e fiquei realmente assustado, com a conclusão que chegou uma pesquisa toxicológica de material proveniente da cola de calçado. Provou-se ser o material à base de hidrocarbonato, de solventes, provocando no indivíduo que a inala uma alegria extrovertida, excitação agradável, sensação eufórica, fala indistinta, podendo ocorrer perda de consciência. A exposição repetida pode ocasionar tolerância e dependência psicológica, pode ocorrer morte por parada respiratória, além de danos renais, hepáticos e do sistema nervoso cerebral.

Então, é realmente, incrível o que pode provocar a cola para aqueles que a inalam.

Outra sugestão que faço ao Ministro da Justiça: definir de quem é a responsabilidade da guarda de crianças na faixa entre 0 a 6 anos de idade. Os Ministérios da Saúde e Previdência Social cuidam apenas da mãe quando nascem os bebês. O Ministério da Educação é responsável pela faixa de 7 a 14 anos, segundo preceito constitucional.

Aliás, nisso esbarra uma lei do próprio Ministério do Trabalho, porque fala que o menor pode trabalhar a partir dos 12 anos e no entanto, o Ministério da Educação, estabelece que dos 7 aos 14 anos, ele deve ser amparado no estudo. Então há realmente, uma discrepância, mas nada garante que seja a LBA ou FUNABEM responsáveis pelos menores abandonados, nessa faixa de idade. Mais de 25 milhões de crianças estão incluídas nessa faixa de 0 a 6 anos. Então deve ficar estabelecida a responsabilidade de quem deva cuidá-las.

"Ao Senhor Presidente da República — todos também com cópia ao Governador do Paraná — eu sugiro primeiro: GRATUITIDADE NO REGISTRO DE NASCIMENTO, procurando integrar a criança à população brasileira com um nome, seja qual for a sua condição social e econômica." Hoje todos sabem, o título de Eleitor é grátis, porque não o registro de nascimento? Pelo menos, que seja fornecida a primeira via e cópias posteriormente, então, àqueles que perderem e forem os responsáveis, pela segunda via, devem naturalmente pagar. Agora, na primeira via, eu acredito que toda criança deva ter um nome, deva ser incorporada à sociedade brasileira com um nome, seja qual for a sua condição social ou econômica.

Assim sendo, sugiro então a gratuidade para registro de nascimento, porque hoje muitas crianças estão aí sem nome, sem uma condição social, sem identidade, porque os seus pais não tiveram condições de registrá-las ou talvez não tiveram a preocupação disso.

Solicito também ao Senhor Presidente da República, e sugiro a criação do Ministério da Família e do Menor, criando condições de assistir e estruturar a família, diminuindo os índices dos estados carentiais, gerando o comando uno, uniforme entre FUNABEM, FEBEM, IAM etc., para critérios uniformes, inclusive para organizar critérios de programas, porque muitas vezes verbas são desperdiçadas, várias entidades realizam diversos tipos de programas paralelos, iguais.

Então nós pedimos essa unificação. Consultaria à Mesa sobre o meu tempo, porque parece que há uma informação. O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que tem dois minutos para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO CELSO — Dois minutos para conclusão. Então eu concedo o aparte ao Sr. Deputado Antônio Facci. O Sr. Antônio Facci — O assunto, que Vossa Excelência traz ao plenário, é plenamente válido, no entanto, com referência ao registro de nascimento, gratuito, devo informar a Vossa Excelência, que há muitos anos já se podia fazer isso no País, através do Decreto 16.146, de 20.07.44, já se permitia o registro de nascimento das pessoas carentes sem qualquer pagamento.

Esse decreto foi regulamentado no dia 20 de julho de 1949 pela Lei 765 que permite inclusive o registro de adultos, gratuitamente, desde que provada a sua condição de pessoa carente de recurso. Portanto, talvez falta de informação e não falta de dinheiro, para que o povo possa fazer o registro de nascimento.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO CELSO — Vossa Excelência conclui oportunamente. Talvez falta de informação e isso é que acarreta muitos registros.

Agora, eu citei aqui os principais fatores que gera o menor abandonado, e dentre eles, eu disse aqui que um deles é "a falta de cumprimento das leis".

Então, muitas vezes, a lei não é cumprida. Agora, nós sabemos que a própria Legião Brasileira de Assistência fornece identidade, fornece registro para pessoas carentes, mas essas pessoas carentes, muitas vezes, não têm nem dinheiro para conseguir uma documentação provando que ela é carente e isso é exigido. É exigido o documento. Ela vai a uma Delegacia, tem que pagar lá, dez, quinze cruzeiros, quando não uma propina para conseguir o documento. Então esse é o grande problema,

esse é o grande mal e com a gratuidade do registro, INDISTINTAMENTE, eu frisei, de condição social não só para aqueles pobres desesperados, mas indistintamente, favorece naturalmente, a esses carentes que não têm condição de buscar uma solução.

Tenho mais três requerimentos que sugiro também ao Presidente da República, mas já que a Mesa informou que o tempo está escasso, que já está quase esgotado, termino a minha palestra hoje aqui, a minha participação nesta tribuna, com a mensagem da criança:

A Mensagem da criança é simples, mas diz muita coisa:

"Dizes que sou o futuro: não me desampares no presente.

Dizes que sou a esperança da paz: não me induzas à guerra.

Dizes que sou a promessa do bem: não me confies ao mal.

Dizes que sou a luz dos teus olhos: não me abandones às trevas.

Não espero somente o teu pão: dá-me luz, entendimento.

Não desejo tão só a festa do teu carinho: suplico-te que com amor me eduques.

Não te rogo apenas brinquedos: peço-te bons exemplos e boas palavras.

Não sou simples ornamento do teu caminho: sou alguém, que bate à porta em nome de Deus.

Ensina-me o trabalho e a humildade, o devotamento e o perdão.

Compadece-te de mim, orienta-me, para que eu seja bom e justo.

Corrige-me enquanto é tempo, ainda que eu sofra...

Ajude-me hoje, para que amanhã eu não te faça chorar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário do Sr. Antônio Tito Costa, Prefeito Municipal de São Bernardo do Campo. A saudação do Poder Legislativo do nosso Estado.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Emendas de n.ºs 4, 5 e 6 ao Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. — Necessitam de apoio. — Apoiadas. — Serão anexadas ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 128/79), que dá nova redação à Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., com EMENDAS DE PLENÁRIO, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda n.º 2. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 3. — Aprovada.

Em votação a Emenda n.º 4. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 5. — Rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 6. — Rejeitada.

Em votação o Projeto de Lei n.º 152/79. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 17/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que com a parti-

cipação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Almirante Tamandaré, visa a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Governamental n.º 20/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a ELETROSUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a elaboração pela Universidade, do Plano de Ação Imediata - PAI, para a cidade de Guaíra. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 24/80), que aprova Termos de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes que com a interveniência de órgãos que especifica, firmado em 14 de fevereiro de 1980. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 01/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a concessão de apoio financeiro à DEED, para complementação salarial de técnicos da equipe básica do Ensino Supletivo do Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 17/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 04/80), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Salário Educação. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 05/80), que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º graus, do Ministério da Educação e Cultura, objetivando a execução de projeto de supervisão do Ensino Supletivo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 12/80), que aprova o Termo de Re-Ratificação ao Convênio celebrado em 07/12/78, entre o Instituto de Planejamento da Presidência da República e o Estado do Paraná, com a interveniência de órgãos que especifica, objetivando implementar o zoneamento industrial das áreas críticas de poluição na Região Metropolitana de Curitiba - METRONOR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 18/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, e muni-

cípios nominados, que através da Secretaria de Estado do Planejamento e com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 19/80), que aprova os Termos Aditivos aos Convênios especificados, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da referida Secretaria e da COMEC, e municípios nominados, visando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 22/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 22/80), que aprova os Termos de Convênio celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e municípios nominados, sob números de 08 até 20, todos de 1979, mais o Município de Almirante Tamandaré, objetivando aplicação de recursos financeiros de acordo com o Programa de Apoio e Projetos de Desenvolvimento Regional. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 23/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 29/80), que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, e municípios nominados, sob n.ºs 01/80 à 13/80, com a participação de órgão que especifica, objetiva a participação dos municípios signatários no Programa de Transportes Metropolitanos, composto do Programa de Transportes Alternativos para Economia de Combustíveis e Programa de Investimentos em Transportes Urbanos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 50/74), que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, objetivando realizações de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 40/80. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do comentário do jornalista Antônio Carlos Lacerda, publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Fábula". — Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós do PMDB que somos favoráveis à liberdade de imprensa, e por acreditarmos de que a recíproca é verdadeira, é que em nome da bancada do PMDB tomamos a liberdade de votarmos contrariamente a essa matéria. Porque acreditamos de que, faz essa matéria colocações injuriosas à nossa bancada.

E portanto, votaremos contrariamente a este requerimen-

to nos Anais desta Casa da matéria "Fábula".

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o problema é questão de ponto de vista.

O problema Sr. Presidente no nosso requerimento, é que nós não temos medo de dizer que somos favoráveis à prorrogação de mandatos, embasados, Sr. Presidente, no pensamento e na orientação do povo brasileiro.

O leitor que vota Sr. Presidente, no Vereador ou no Prefeito por quatro anos, ele vota por seis, por oito ou por dez anos, conforme nossa explanação. E nós achamos de bom alvitre sem ofender ou sem procurar ofender quem quer que seja, que o artigo em que nós procuramos transcrever dando valor aos homens com pensamentos livres, com pensamentos dentro do complexo e dos parâmetros da democracia.

E foi esta uma das causas que nos fez encaminhar este requerimento dentro da sua singeleza.

Por isso, Sr. Presidente, não temos medo de dizer alto e bom som para a imprensa do Paraná, para o Paraná e para o Brasil, que todos os Prefeitos paranaenses e brasileiros são dignos, porque foram votados pelo povo. E também os Vereadores.

E como se vota num Senador, por oito anos, vota-se também num Prefeito por seis, por oito ou por dez anos. E esta é uma das causas que eu solicito à nobre bancada do PMDB que nos ajude a fazermos uma homenagem a esses homens que não estão pedindo a prorrogação de mandato, mas uma solução para a pacificação e abertura democrática do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento. — **Aprovado.** — (O comentário acha-se publicado no final desta ata). — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final para o Projeto de Lei n.º 152/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro do Planejamento, Ministro das Minas e Energia e Presidente do CNP, sugerindo a criação do subsídio da gasolina para os taxistas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo a equiparação da dotação orçamentária conferida ao Paraná, para as diversas atividades assistenciais à do Rio Grande do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Secretário da Educação, sugerindo-lhes a uniformização de livros didáticos nas Escolas Públicas e Particulares. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone no Grupo Escolar São Paulo Apóstolo, sito no Bairro de Uberaba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, em forma de pedido de esclarecimentos sobre o desencontro de informações prestadas a este Poder e à Imprensa, bem como, com as disposições do regulamento dos concursos de produtividade de

milho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Saúde e Bem-Estar Social e da Agricultura, no sentido de que proibam a comercialização e uso de qualquer defensivo agrícola que contenha em sua fórmula mercúrio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Damos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Sociedade 13 de Maio, pelo 91.º aniversário de fundação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Sebastião Rodrigues.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de pedido de informações sobre o reinício das obras da estrada Ampère-Santo Antônio do Sudoeste. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente. Requeriro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Deni Schwartz, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

4 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação e sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Programa "Manhã Total", apresentado por Luiz Carlos Martins, na Rádio Clube Paranaense, pela passagem do 2.º aniversário, do referido programa. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 4.º aniversário de fundação do jornal "O Paraná". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um Centro de Reeducação Feminino, visando atender as menores de idade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de obra própria para menores deficientes mentais e cheiradores de cola. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de uma obra própria para menores infratores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo prioridade para a construção da nova sede da Delegacia de Proteção ao Menor. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de sugestão visando a realização de cursos especiais para agentes e comissários da Delegacia de Proteção ao Menor. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo a implantação de um sistema que possibilite a liberação ou remoção imediata de jovens que venham a completar a maioridade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso,

constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, sugerindo a implantação do sistema pré-escolar no Paraná, abrigando crianças de 2 a 6 anos de idade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo prioridade para emprego de menores de idade em órgãos do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, sugerindo a implantação de Agrovilas, assistidas e controladas pelo governo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, sugerindo a descentralização do Instituto de Assistência ao Menor, gerando novas sedes no interior do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a descentralização do CEDIT, órgão do Instituto de Assistência ao Menor. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo estudos especiais, visando não permitir a liberação de alvarás para casas de jogos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo a gratuidade nos ônibus do município para menores da Guarda-Mirim e da Casa do Pequeno Jornaleiro, desde que estejam uniformizados e documentados. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça e aos líderes dos blocos parlamentares no Senado e Câmara Federal, sugerindo estudos visando a criação de uma lei que possibilite a punição de pais que praticam maus tratos aos filhos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro do Trabalho, sugerindo estudos visando o retorno do "Salário do Menor". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, sugerindo estudos especiais, no sentido de enquadrar o cheirador de cola (xereta) na lei dos tóxicos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a criação de um sistema que possibilite a adoção da gratuidade para a obtenção do registro de nascimento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a criação do Ministério da Família e do Menor. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a colaboração das Forças Armadas, visando a prática diária de educação física, moral e cívica para crianças e jovens na faixa de 07 a 18 anos de idade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a federalização dos Juizados de Menores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente da República, sugerindo a adoção de uma nova política tributária. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a criação de um sistema programado de auto-suficiência, preparando o menor para o seu próprio sustento, evitando a ociosidade, abrindo uma condição livre para a formação do menor. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Ministro da Justiça, sugerindo a definição de responsabilidades na guarda de crianças abandonadas na faixa de 0 a 6 anos de idade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a implantação de um Programa Especial de Integração, preparando o adulto para cuidar da criança. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo uma rígida fiscalização nas creches, observando normas ditadas pelo Ministério da Saúde. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros do Planejamento, Indústria e Comércio e da Agricultura, bem como aos Líderes dos Partidos Políticos com assento no Congresso Nacional, encarecendo a revogação da medida normativa que instituiu o confisco sobre o café. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex, ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que haja total e imediata proibição de fabricação, distribuição e venda dos compostos mercuriais. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, sugerindo a criação de um programa especial de assistência junto aos familiares de menores carentes, evitando desta forma o internamento de crianças. — **Encerrada a discussão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, sexta-feira, às 10,00 horas com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Gabriel Manoel, em Sessão Plenária do dia 15 de maio de 1980.

"FÁBULA

(Antônio Carlos Lacerda)

É a velha histórica do sapo que queria ser atirado no fogo em vez da água, que é o seu elemento natural. O sapo, bom psicólogo, achava que seria contrariado em seu desejo e, preferindo a água, pedia o fogo. É uma fábula, naturalmente, que se conta para as crianças como primeira lição prática de fingimento para enganar um algoz. Os políticos brasileiros estão ante de um fato consumado, que é a prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores por mais dois anos. Estão buscando uma fórmula para evitar o pleito de novembro, em todo o país, evidentemente, sem que se precise impor a prorrogação. Todo o mundo político está de acordo e deseja, aberta ou veladamente, que isto aconteça, mas a oposição insiste que deve haver eleição, que é uma necessidade do processo democrático e vai por aí,

como o sapo, querendo a água e pedindo o fogo. A sorte de todos é que o Ministro da Justiça é um ex-pessedista e não um mal humorado ex-udenista, que nesta altura jogava o sapo no fogo e faria uma eleição em que o governo tem 99% de possibilidade de arrasar uma oposição que ainda não sabe o espaço que vai ocupar e nem como irá se articular nos próximos meses."

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 9ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta, às dezoito horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, conforme convocação regimental feita pelo Senhor Deputado Paulo Camargo. Presentes os Senhores Deputados: Deni Schwartz, Gilberto Carvalho, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira,

Renato Bueno e Waldyr Pugliesi, bem como demais Senhores Deputados de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Em seguida procedeu-se a eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão na presente Sessão Legislativa. Foram aclamados, por unanimidade, para Presidente o Senhor Deputado Augusto Carneiro e para vice-Presidente o Senhor Deputado Deni Schwartz, que foram empossados nos cargos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira, após o término da Sessão Plenária. Lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, para que produza os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
Rita Soares Bertoli — Secretária